



## Juventudes negras de escolas públicas de periferias de Fortaleza: narrativas e re-existência frente ao racismo



**Raimundo Cirilo de Sousa Neto**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-5305-7121>

**Carla Jéssica de Araújo Gomes**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6979-2646>

**Ingrid Rabelo Freitas**

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-8365-6245>

**João Paulo Pereira Barros**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

**Mayara Ruth Nishiyama Soares**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-2668-8822>

**Larissa Ferreira Nunes**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

**Lara Thayse de Lima Gonçalves**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3751-9765>

**Luciana Lobo Miranda**

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ceará, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-7838-8098>

## Introdução

Em países latino-americanos que experimentaram o imperialismo colonial europeu e, posteriormente, o norte-americano, é notável a construção do racismo imbricado ao gênero como grandes categorias que sustentam um sistema social, político e econômico (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011). Essa realidade assola, sobretudo, determinados sujeitos racializados e genderezados, estando estes os mais presentes em estatísticas de número de vítimas de assassinatos, em condição de pobreza, moradores de favelas ou de interiores mais distantes de centros urbanos, encarcerados, com dificuldade de acesso às políticas sociais e tidos como algozes da violência (BENÍCIO et al., 2018; BARROS, 2019; COSTA et al., 2020; LIMA; GAMBETTA, 2020; MIRANDA et al., 2021; NUNES; BARROS, 2022).

Neste artigo, temos como objetivo analisar de que maneira estudantes de escolas públicas de uma periferia de Fortaleza, Ceará narram suas experiências relacionadas ao racismo e produzem práticas de re-existência<sup>1</sup> frente a tal problemática. Entendemos o racismo como uma ficção fantasmagórica e hierárquica que fabrica a ideia de uma raça superior às outras (MBEMBE, 2018). Essa tecnologia de poder tem, em sua base, o colonialismo concebido enquanto um projeto político de construção de mundo, o qual funda um sistema econômico (capitalismo) que se atualiza e põe a branquitude europeia como centro do globo (CÉSAIRE, 2020).

Para Quijano (2005), essa experiência de subordinação se atualiza a partir da colonialidade, mantendo lógicas culturais, morais, político-sociais-econômicas e científicas, por meio de um processo ininterrupto e com base em um padrão hegemônico criado pelos que detinham as relações de poder. Ainda na perspectiva do autor em questão, essa colonialidade é a manutenção dos tentáculos coloniais em nossa sociedade, através de eixos/ferramentas de poder e controle social que possibilitaram a modernidade como conhecemos, quais sejam: *colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade do poder, e, mais recente, colonialidade do gênero, conforme adicionado por Lugones (2008)*.

A *colonialidade do ser* diz respeito à destituição da humanidade dos não humanos, àqueles que não são europeus; a *colonialidade do saber* é referente à geopolítica do conhecimento e à deslegitimação de outras epistemologias e saberes subalternizados, tornado os saberes produzidos pela Europa como “verdadeiros” e “científicos”; a *colonialidade do poder* é constituída a partir da imposição racial/étnica como alicerce padrão e universal de humanidade (ontológico), sendo biologicamente ficcionada na ideia de raça, da criação de um poder mundial capitalista, moderno e eurocentrado para naturalizar a ideia de que os colonizados são inferiores (QUIJANO, 2005); por fim, a *colonialidade do gênero* está ligada às regulações do gênero e da sexualidade por meio da imposição do sistema cisgênero-binário-hétero-patriarcal, ou seja, tudo que foge de uma padrão normativo é tido como inumano e/ou anormal (LUGONES, 2008). Esses processos ininterruptos constituem o que estudiosos decoloniais denominaram de Sistema Mundo Moderno e Colonial, o qual tem se atualizado em novos mecanismos de controles sociais e científicos (MIGNOLO, 2014).

---

<sup>1</sup> O termo “re-existência” foi cunhado pelo autor Adolfo Achinte (2017) e refere-se às práticas implementadas por grupos humanos como estratégia para visibilizar opressões e resignificar a vida em condições de dignidade.

Um dos tentáculos que sustenta essa modernidade é o racismo, o qual tem se perpetuado e atualizado como ferramenta de controle das formas de viver e das formas de gestão, instrumentalização e produção da morte de existências tidas como supérfluas, notadamente pessoas racializadas (LIMA; GAMBETTA, 2020). No Brasil, há marcações histórico-político-econômicas que produzem um racismo à brasileira, o qual afeta desigualmente essa população (GONZALEZ, 1984). De acordo com um estudo do Instituto Sou da Paz (2021), dos 30 mil assassinatos por arma de fogo em 2019 no Brasil, 75% destes foram de homens negros, 19% homens não negros, 4% mulheres negras e 2% mulheres não negras. Considerando a faixa etária na população negra assassinada, 61% tinha entre 15 e 29 anos. Já o número de óbitos na faixa etária de 10 a 14 anos é duas vezes maior entre sujeitos negros do que não negros.

Segundo Cerqueira et al. (2021), 77% das vítimas de homicídios em 2019 eram pessoas pretas e pardas (negras), equivalente a uma taxa de homicídios de 29,2 por 100 mil habitantes. Também nesse levantamento, as principais vítimas de homicídios no Brasil são homens jovens negros, embora a taxa de crescimento de mulheres assassinadas, sobretudo negras e pobres, tenha apresentado um crescimento exorbitante nas tramas da violência. Tais dados mostram que as políticas públicas ainda não centralizam o racismo para pensar políticas preventivas, visto que, enquanto a violência contra a população não negra diminui, para a população negra (homens, mulheres e jovens) têm aumentado e, quando diminui, ocorre de forma inexpressiva. Faz-se relevante destacar que a política de “guerra às drogas” tem impactado significativamente como aparato necropolítico para a população negra no Brasil, principalmente contra jovens (COSTA et al., 2020). A necropolítica, uma categoria criada por Mbembe (2017), é importante para que possamos pensar a forma como o poder social e a política são transformados em tecnologia de gestão de vidas, radicalizando o caráter racial como motor necropolítico.

Destacamos, entre os estados e capitais brasileiras, que Ceará e Fortaleza são, respectivamente, o estado e a capital com maior Índice de Homicídio da Adolescência (IHA) (MELO; CANO, 2017), o que se deve principalmente ao incremento e avanço de organizações criminosas que disputam os mercados ilícitos de drogas e armas de fogo no estado, conhecidas popularmente como facções criminosas (CAVALCANTE et al., 2021; SEGUNDO et al., 2020). Diante disso, o redimensionamento da violência urbana tem impactado diretamente na vida de jovens negros no Ceará, sobretudo habitantes de bairros periféricos de Fortaleza (COSTA et al., 2020; NUNES; BARROS, 2022).

O campo em que se situa esta pesquisa está localizado em uma territorialidade periférica de Fortaleza, a região do Grande Bom Jardim (GBJ), formada por 5 bairros: Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira e Canindezinho. Esta área da cidade possui elevadas taxas de concentração de pobreza e baixos indicadores sociais, a exemplo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs). De acordo com o ranking dos bairros com maiores índices de vulnerabilidade, seus cinco bairros estão entre os 12 mais vulneráveis de Fortaleza: Bom Jardim – 4º; Siqueira – 6º; Canindezinho – 10º; Granja Lisboa – 11º; e Granja Portugal – 12º (COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA, 2020).

Em meio a isso, movimentos sociais e coletivos juvenis pautam formas de enfrentamento às violências e às demais expressões do racismo estrutural atuantes nessas territorialidades, como apontado por Miranda et al. (2021), ao narrarem a experiência de construção e desenvolvimento do III Festival das Juventudes do GBJ, promovido pelo Jovens Agentes de Paz (JAP) em 2021. O JAP é um coletivo juvenil que, desde 2009, desenvolve ações de formação em direitos humanos com estudantes de escolas públicas do território do GBJ. A partir de 2018, com a criação do Festival das Juventudes, o coletivo tem utilizado mais fortemente a arte e a cultura para pautar questões relacionadas ao campo dos direitos humanos das juventudes com secundaristas do GBJ. Tal coletivo é formado por jovens artistas do território e está vinculado ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), organização não governamental que atua na região.

Nos últimos anos, conforme destaca Diógenes (2020, p. 374), observa-se nas periferias de Fortaleza um incremento de “experiências juvenis criativas”, as quais são constituídas por práticas culturais de variadas estéticas e linguagens artísticas que emergem das vivências dessas juventudes. Para falar sobre essas experiências juvenis é necessário discorrer sobre a categoria “juventudes”, construída por um campo multifacetado e ambíguo de significações, que assume “dimensões fluidas e híbridas, de caráter fragmentado, instável, calcadas em outros diversos territórios que não apenas o etário” (SILVA; FREITAS, 2018, p. 131). Dessa forma, ser jovem vai além de definições geracionais, constitui-se em meio a uma multiplicidade de pertencimentos culturais, territoriais, raciais, sociais etc. (SILVA; FREITAS, 2018, 2020; DIÓGENES, 2020; MARINHO, 2016). No caso desta pesquisa, discorrer sobre como juventudes negras narram e re-existem ao racismo em seus cotidianos pressupõe enfocar suas trajetórias, experiências e lutas por reconhecimento, rompendo com uma lógica homogeneizante do que é “ser jovem”, entendendo esta categoria a partir de suas multiplicidades, de seus diversos pertencimentos, de seus diferentes campos de interação e formas de ocupação da cidade (SILVA; FREITAS, 2018; DIÓGENES, 2020; MARINHO, 2016).

As autoras e os autores deste artigo integram o grupo “Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências”, fruto da parceria entre o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e o Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), laboratórios ligados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Além disso, é cadastrado na Secretaria de Cultura da mesma universidade<sup>2</sup>. Esse grupo, desde sua gênese, tem atuado com coletivos juvenis em escolas públicas do GBJ, sendo um de seus grandes parceiros o JAP, e tem buscado, dentre suas diferentes ações, produzir e fortalecer ações artístico-políticas-culturais elaboradas por juventudes do/no território.

Ao trabalhar com escolas das periferias de Fortaleza, em bairros marcados por processos de vulnerabilização de suas populações e pelos altos índices de violências voltados às juventudes pretas e pobres, ficam a inquietação e a indagação: como juventudes negras inseridas em escolas públicas de Fortaleza-CE narram suas experiências racializadas e produzem resistências frente ao racismo que marca suas trajetórias em periferias urbanas? Para isso, utilizaremos dois dispositivos metodológicos: 1) o acompanhamento do IV Festival das Juventudes, sistematizado a partir de diários de campo; e 2) a realização de uma oficina de fanzines sobre negritudes e literaturas periféricas durante o festival supracitado, também com registros a partir de nossos diários de campo. As materialidades produzidas por meio desses dois dispositivos serão analisadas a partir de lentes epistemológicas da Psicologia e áreas afins que tematizam relações raciais, colonialidades e juventudes. Consideramos que a contribuição deste artigo vai ao encontro de visibilizar as experiências e trajetórias de juventudes negras em periferias urbanas frente ao racismo e suas formas de organização em coletivos juvenis para a criação de outras formas de viver, articulando a educação com outros movimentos sociais, buscando a garantia de direitos.

---

<sup>2</sup> Agradecemos à Secretaria de Cultura e ao Centro Cultural do Bom Jardim, através do edital de Iniciativas Comunitárias de 2021, pelo financiamento dado ao projeto.

## Percurso metodológico

O artigo advém de uma pesquisa participativa em psicologia, inspirada, em suas formulações teórico-epistêmicas e metodológicas, nas críticas feministas, sobretudo em discussões dos feminismos negros e nas ressonâncias dos estudos críticos à colonialidade. Tal investigação buscou se ancorar em experiências investigativas que conectam o campo das pesquisas participativas às problemáticas, necessidades e potencialidades concernentes às formas de viver de sujeitos, grupos e territorialidades subalternizadas do Brasil e da América Latina. Levamos em conta nossas experiências anteriores, concebemos a pesquisa participativa como uma ferramenta de coprodução de conhecimento crítico e transformação de relações e práticas de opressão, na qual pesquisador/a e sujeitos participantes da pesquisa se constituem na composição de saberes, analisadores e no plano comum da experiência (BENÍCIO et al., 2018; BARROS et al., 2021). Pesquisar participativamente é partir de questões advindas do campo, quebrar mitos da neutralidade e habitar um território existencial.

Com base nisso, partimos da ideia de que é necessário decolonizar a pesquisa, ou seja, estar atento ao próprio movimento do pesquisar, ao “colonizador/a que nos habita” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2019, p. 107), e pensarmos a pesquisa participativa enquanto ferramenta de produção de novos lócus de enunciação e de conhecimento que não ignore a perpetuação da colonialidade na ciência (MIGNOLO, 2014). Assim, utilizamos a interseccionalidade<sup>3</sup> como um dispositivo que nos permitiu radicalizar a crítica à colonialidade, entendida como um prisma epistemológico e analítico que nos permite colocar em relevo as sobreposições de marcadores sociais e identitários e seus efeitos. Dessa forma, alinhamos nosso fazer com esse tipo de pesquisa, pois produzimos um saber em coletivo com secundaristas das escolas públicas em que atuamos, uma coparticipação entre universidade e escola, problematizando os lugares de pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto (MIRANDA et al., 2020).

O estudo se efetivou a partir de registros de diários de campo da participação da equipe no IV Festival das Juventudes<sup>4</sup> e da facilitação da oficina Negritudes e Literaturas Periféricas: Fazendo Fanzines, com a presença de 15 estudantes, intervenção proposta pela equipe de pesquisa. Segundo Kastrup e Barros (2009), as oficinas de práticas artísticas têm como principal movimento-função a explicitação de linhas e forças, que acionam processos e modos de subjetivação. São espaços de aprendizagem “inventivas” de si e de mundos outros. O fanzine, ou apenas “zine”, é uma publicação artesanal, criada pelos movimentos sociais, que prioriza a produção autoral e possui caráter libertário.

O registro em diários de campo nos possibilitou realizar uma análise de implicação que permeou todo o processo de investigação, analisando o envolvimento do grupo com a própria intervenção e com o campo (LOURAU, 2004). Partimos do entendimento de diário de campo como possibilidade de compartilhamento, elaboração e atuação do/para/com o campo. Segundo Medrado, Spink e Mélló (2014), à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, ele vai construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que denominamos de pesquisa.

---

3 Embora o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw no meio acadêmico, o movimento feminista negro já havia historicamente enunciado e denunciado a percepção de que mulheres negras, e não somente elas, são permeadas por sobreposições de marcadores de opressões e privilégios. Assim, a interseccionalidade pode ser entendida como uma lente e uma sensibilidade de análise, de política e de ética (AKOTIRENE, 2018).

4 Esse festival opera enquanto dispositivo de formação política e de prevenção à violência urbana, articula e potencializa formas de enfrentamento às desigualdades e violências, além de atuar como ferramenta de promoção de práticas de resistência no território.

A análise das narrativas dos/as adolescentes foi realizada a partir de cenas-analisadoras escolhidas por narrarem as experiências e produzirem analisadores-acontecimentos que pedem passagem, funcionando aqui como pontos de criação de sentido e não reflexo de uma realidade que está posta (ROCHA; AGUIAR, 2003). Além disso, fazem parte do nosso corpus de análise também trechos que foram gravados e transcritos, como também a própria materialidade produzida na oficina, o fanzine.

Quanto às considerações éticas, a presente pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, sob o parecer de nº 3080121.7.0000.5054, fazendo parte do projeto “guarda-chuva”: Aspectos Psicossociais da Violência e Práticas de Re-existência Juvenis em Periferias de Fortaleza-CE, com o objetivo de manter a privacidade e anonimato dos participantes da pesquisa, todos os nomes das/dos secundaristas utilizados são fictícios.

## **Festival das Juventudes: práticas de re-existência frente ao racismo e a construção de formas insurgentes de viver em articulação com o campo da educação**

O Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos é um evento anual organizado pelo JAP, ligado ao CDVHS. A ideia é que, em parceria com escolas públicas de ensino médio do território do GBJ, pudessem ser discutidas experiências e temáticas de interesse das juventudes que ocupam esses espaços escolares e fazem parte da comunidade em um evento construído coletivamente. Para isso, a arte é a ferramenta escolhida para a promoção do festival, construindo alianças entre coletivos juvenis do GBJ que trabalham com diversas linguagens artísticas para a produção deste evento.

Em 2022, o festival chegou à sua quarta edição, acontecendo em quatro sábados, de forma quinzenal, entre os meses de maio e junho, no espaço do CDVHS. Cada sábado contou com um tema geral que foi guia para todas as ações promovidas, sendo eles, respectivamente nesta ordem: 1) ser jovem; 2) ser jovem agente de paz; 3) ser livre; 4) ser das áreas (respectivamente nessa ordem). Cada encontro do festival foi dividido em algumas atividades principais: dinâmica inicial com movimentação corporal, apresentação da temática do dia, diálogo com convidados/as externos/as, construções artísticas pelos/as estudantes acerca da temática discutida, oficinas com diferentes linguagens artísticas e, por fim, partilha das produções realizadas nessas oficinas.

Na abertura do primeiro dia de festival, batucadas de tambores e declamações poéticas foram tecidas, pautando a afetividade que é estar em coletivo, o desejo das juventudes em permanecerem vivas nas periferias que habitam, mesmo sendo o perfil mais vitimado pela violência armada (BARROS et al., 2019), bem como expressam por meio de práticas artísticas (músicas, poesias, esquetes etc.) vivências de violências, como observamos em um trecho do poema de uma das integrantes do JAP: “[...] Por ser preta eu digo/Ser preta é difícil em um país com racismo/Que mata pela minha cor/E nem imagina a dor do medo sentido [...]” (Diário de campo, 07/05/2022). Essa cena-analisadora é um recorte do poema declamado por uma poeta preta moradora do bairro. A partir dele é denunciada a dificuldade que é o cotidiano de uma jovem preta, lésbica e moradora da periferia; ao passo que fala de sofrimento, também relata sobre o não sucumbir diante dessa realidade.

No segundo dia de festival, a centralidade recai no tema ser jovem e agente de paz, algo que foi pensado a partir da realidade de precarização induzida e de maior vulnerabilidade a situações de violência (BARROS et al., 2019). Referências sobre o que seria paz na periferia enquanto lugar de luta pelos direitos humanos, do sentimento de comunidade e de família que possuem entre eles/as, e sobre a importância da liberdade de expressão e de não ser, por exemplo, assediada em um transporte público foram algumas narrativas ouvidas por nós.

Em nossas análises, os pressupostos dicotômicos coloniais têm uma função hierárquica acerca de que vidas são tidas como mais importantes e quais são as que não têm um lugar de humanidade diante da supremacia branca eurocentrada (CARNEIRO, 2005). Essa permanência da dominação colonial executa mecanismos de controle e de assujeitamento na produção ficcional do fazer viver e deixar morrer (MBEMBE, 2017), a qual encontra na periferia o (não)lugar e os (não) sujeitos dignos de serem reconhecidos enquanto não humanos e por isso, sujeitos matáveis e mortíveis (BARROS, 2019). Ao desconectar os sujeitos não brancos e não europeus da humanidade, tornou-se possível a verticalização hierárquica de que pessoas que se assemelham mais a esse ideal normativo são mais importantes do que as demais, ou seja, que essas vidas sejam entendidas como menos importantes, quicá que não sejam reconhecidas nem como vidas.

Observamos no Brasil a produção de imagens de controle, tomando por base a ideia de Collins (2019) acerca da ficção de uma representação negativa a determinado sujeito e de formas de existir que associam pessoas das periferias à periculosidade e ideias negativas que aniquilam a sua autoestima, contribuindo para que se sintam envergonhadas ou constrangidas por habitarem espaços. O festival surge como um dispositivo de tensão dessa lógica, que materializa a potência de vida de coletividades que habitam esses espaços.

O terceiro dia de festival é marcado pelo tema ser livre, mas como falar de liberdade se o território do GBJ é alvejado pela violência armada, na figura da polícia e de facções criminosas, as quais ditam formas de governar o poder sobre a vida e a morte da população que ali habita? Diante dessa análise, entendemos que o território, nesse sentido, passa a ser um marcador que confere o status de matabilidade. Embora, cabe salientar, seja necessário analisar de forma interseccional, visto que há sobreposições de marcadores da diferença que ontologicamente constitui vidas precárias, a saber, raça, gênero, sexualidade e geracional (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). No trecho a seguir pode ser visto um pouco do que foi explicitado em relação ao tema mencionado:

[...] ao falar de luta por liberdade, não é sobre a liberdade de querer ser, mas a luta pela permanência de ser, luta por existência. Para ilustrar a necessidade de luta por ser, Luiza (convidada para falar um pouco sobre a temática) traz alguns dados: a cada 23 minutos um jovem negro é morto e a cada 9 horas uma mulher é assassinada no Brasil, além do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo. Com isso, coloca um questionamento: O que é liberdade se há prisão dos corpos em uma heteronormatividade? [...] Em seguida, fala um pouco sobre a diferença entre gênero, sexualidade e sexo. Nesse momento, coloca que normatizar estrutura o passado e remete à prisão dos corpos. Assim, diante desse aprisionamento, não é possível imaginar o que seria liberdade. [...] Ressalta novamente que só mudamos radicalmente a partir da ação das juventudes, que são sementes de transformação, destacando a importância de criar um movimento de emancipação/revolução para ter uma sociedade livre (Diário de campo, 04/06/2022).



Depois dos momentos de falas e declamações de poesia, as atividades de produção artística feitas pela manhã são realizadas de forma coletiva, com jovens sendo divididos em grupos de acordo com algum material que recebem ao chegarem, como fitas coloridas, em que cada cor indica um grupo. Esse é um momento em que os/as estudantes podem utilizar a arte como forma de fazer ver e falar acerca de suas trajetórias, pautando opressões vividas nas encruzilhadas de questões raciais, de gênero, classe, geracionais e territoriais. Estas questões puderam ser expressas de diferentes modos, assim como discutido em diário de campo acerca da apresentação de cena teatral por uma das equipes, conforme mostra o trecho a seguir:

A equipe azul simula um setting terapêutico em que uma estudante assume o papel de psicóloga e os outros membros da equipe seriam seus analisandos. Forma-se uma fila em que cada um vai sentando à frente dela relatando vivências que atravessavam seus corpos. [...] A equipe tenta ressaltar atravessamentos relacionados ao desconforto daqueles jovens de habitar determinados espaços, do medo da viatura, das implicações de ser um jovem negro LGBTQIAP+. É falado que “é muito difícil andar na rua e as pessoas olharem diferente”, que há um “medo de não ser aceito pela sociedade”. [...] Após essa “encenação” – e coloco com aspas, porque, pra mim, não ficou na esfera do fictício – eles finalizam com a frase “isso, infelizmente, é ser jovem”. A sensação foi de um tapa na cara e ele precisava ser dado. Após o momento de exposição, um dos jovens foi à frente e falou sobre o lado ruim da periferia, que ele existia, mas que ali também habitava o lado bom, no sentido de que há possibilidades que vão para além do estigma (Diário de campo, 07/05/2022).

Na cena supracitada, os/as jovens colocam em pauta sofrimentos que os/as atravessam cotidianamente. O racismo atua na criminalização e na estigmatização dessas juventudes, que demonstram seu medo frente a um cenário de desigualdade social e opressões. Entretanto, ainda que diante de um contexto violento, o grupo encerra sua apresentação destacando o “lado bom” de habitar a periferia. Reivindicar o espaço em que vive como local em que há possibilidade de vida e de transformação social é um posicionamento político, que encontra por meio da arte, da cultura, da organização em coletivos e do diálogo entre escolas públicas e movimentos sociais, criar formas antirracistas de viver. Dessa forma, o festival se coloca como articulador de novas imagens e novos imaginários no e sobre o território, reafirmando esse posicionamento como na música cantada em coro no primeiro encontro: “É para mudar saúde, é para mudar escola, é para mudar favela” (Diário de campo, 07/05/2022).

No período da tarde, dentre um leque de opções de oficinas, os/as jovens escolhem aquelas em que querem participar: reggae, slam, desenho, fotografia, música cênica, dança são algumas delas. Essas oficinas também servem como dispositivos para colocar em pauta o racismo e suas repercussões através de linguagens artísticas. Apresentaremos na seção seguinte uma oficina artística proposta por nosso grupo, a qual que tinha como objetivo a produção coletiva de um fanzine acerca do combate ao racismo.

## Oficina sobre negritudes e literaturas periféricas: fanzine, criação e resistências antirracistas

A partir do contexto educacional, o fanzine nos possibilita pensar sobre os espaços destinados aos estudantes para narrarem sobre si e sobre suas experiências cotidianas de forma livre, crítica, reflexiva e inventiva. Dessa forma, as linhas e imagens que compõem um fanzine trazem gritos que denunciam violações cotidianas de direitos e políticas de aniquilamento contra as juventudes de espaços periferizados, mas também conclamam o direito à vida e reivindicam a possibilidade de existir em meio a um contexto necropolítico (MBEMBE, 2017, 2018; SILVA; FREITAS, 2018; SALES, 2019). O enfrentamento cotidiano às disputas e imposições das facções, às “exclusões” escolares, à luta contra o extermínio e imposição do silenciamento emerge de vozes juvenis em escritos, rimas, prosas, colagens e desenhos (SILVA; FREITAS, 2018; SALES, 2019; DIÓGENES, 2020). O fanzine enquanto literatura periférica produz outras visibilidades e dizibilidades sobre as juventudes negras e periféricas, construindo, assim, coletivamente, narrativas que confrontam as produzidas na cultura hegemônica (SALES, 2019).

Figura 1 – Capa do fanzine



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

Como mencionado acima, o fanzine se apresenta como um objeto dinâmico e rizomático, construído a partir de origens diversas e variadas linguagens (MARANHÃO, 2012). Nossa oficina teve como temática o enfrentamento ao racismo, então, antes de partirmos para a produção da materialidade, discutimos sobre a experiência do racismo no cotidiano dos/as estudantes e as possibilidades de enfrentamento a esta problemática.

A partir da fala dos/as adolescentes, que relataram diversas situações de racismo sofridas por eles/as ou pessoas próximas, observa-se o racismo como um fenômeno estrutural, de natureza dinâmica e múltipla (ALMEIDA, 2018; MOREIRA, 2019). O racismo pode se apresentar de formas diversas, em diferentes espaços e momentos históricos, mas possui o mesmo objetivo: legitimar e preservar um sistema sustentado pela colonialidade, pautado na hierarquização de raças e produção de privilégios raciais, sustentado pela “circulação contínua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública” (MOREIRA, 2019, p. 24), o que corrobora com o seguinte relato:

Yana (menina negra) citou o caso do Saulo (menino negro), que também estava na oficina. Ela olhou para ele antes de falar, ao passo que ele abaixou a cabeça durante a fala dela, mostrando-se não tão confortável com a situação. Yana nos contou que alguns meninos da sua turma faziam “brincadeiras” racistas com Saulo e não pararam mesmo após ele demonstrar desconforto com a situação. [...] João (jovem branco) falou logo após, pedindo aos estudantes presentes que não fizessem coisas do tipo, que certas brincadeiras, como “tinha que ser preto”, não têm graça. Nesse momento, Saulo repetia baixinho ao lado dele: “Eu escuto isso todo dia”. João terminou sua fala direcionado a Saulo, reforçando que ele precisava se impor, não podia aceitar aquilo, “tem que falar, se a gente não falar e ficar calado é pior” (Diário de campo, 21/05/2022).

No trecho acima, observa-se facetas de um racismo recreativo, que possui, como um de seus elementos centrais, a cordialidade racial, manifesta especificamente pela forma de piadas ou representações humorísticas de cunho racial, as quais comprometem o status cultural e o status material dos membros dos grupos atingidos (MOREIRA, 2019). Por ter um aspecto velado, esse tipo de violência acaba por ser, muitas vezes, não tida como passível de responsabilização, pois, por meio do discurso “é apenas uma brincadeira”, e por ter sido proferida em um ambiente de descontração, não é considerada, por quem a comete, como uma violência (MOREIRA, 2019). No relato em questão, essa deslegitimação do sofrimento da vítima fica evidente quando Yana, ao falar sobre a violência sofrida pelo amigo, diz: “[...] é uma coisa bem chata, porque já pedimos pra parar. Mas são meninos que levam tudo pro lado da brincadeira e pra eles tá tudo bem, mesmo não estando” (Diário de campo, 21/05/2022).

A fala cabisbaixa de Saulo: “Eu escuto isso todo dia” (Diário de campo, 21/05/2022) aponta, ainda, a cotidianidade que violências sustentadas pela reiteração de estereótipos racistas, camufladas pelo caráter “inofensivo” do humor (MOREIRA, 2019), podem tomar no ambiente escolar. A escola, segundo Cavalleiro (1998), é apenas mais uma das instituições em que características raciais são utilizadas para depreciar, humilhar e excluir pessoas negras. De acordo com essa autora, desde o começo da vida escolar, crianças brancas costumam assumir uma postura de superioridade diante de crianças não brancas, recorrendo a atitudes discriminatórias e racistas em situações de disputa ou apenas para demarcar territórios e espaços.

Segundo Vaz et al. (2019), crianças não brancas, diante das violências no ambiente escolar, podem reagir das mais diversas formas, sendo as mais comuns: o desenvolvimento de comportamentos agressivos, passivos ou resilientes. No caso dos dois primeiros tipos de comportamentos, as autoras mencionadas ressaltam que é comum que os/as educadores/as não entendam ou acolham o sofrimento desses estudantes, taxando-os como “agressivos” ou “pouco participativos”, reforçando estereótipos de que estas crianças e jovens são potencialmente problemáticas e não merecem tanta atenção em sala de aula.

Assim, é importante pontuar que o racismo também se perpetua nas relações interpessoais verticais, entre estudantes e educadores, dentro do ambiente escolar. Na oficina, por exemplo, uma das adolescentes nos relatou uma situação de racismo que viveu em sua antiga escola, em que a diretora da instituição, ao repreendê-la por algo, usou de características da sua aparência para menosprezá-la: “Aí ela foi lá no microfone. [...] chamou a minha atenção no meio de todo mundo. Aí ela falou que o meu cabelo era feio, falou, assim, várias coisas” (Diário de campo, 21/05/2022). Ao chegar em casa, a garota contou a situação para os pais, que foram à escola no dia seguinte. Depois disso, a diretora foi demitida.

O racismo não se expressa apenas nas relações interpessoais estabelecidas dentro da escola, mas também na própria estruturação do currículo, na falta de professores negros/as no corpo docente, na maneira em que o conteúdo é ministrado em sala de aula e no material didático utilizado (CAVALLEIRO, 1998; SILVA; DIAS, 2013; VAZ et al., 2019; CARAPELLO, 2020). Dessa forma, não se resume a comportamentos individuais, mas ao funcionamento de toda a instituição escolar, a qual, ao atuar em uma dinâmica que reforça e confere, mesmo que indiretamente, privilégios e desvantagens com base na raça, serve ao propósito de manter a hegemonia e o domínio do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2018). Outro analisador importante da cena trazida anteriormente é a fala de João direcionada para Saulo, reforçando que a forma de enfrentamento ao racismo direcionado a ele deveria ser “se impor, não aceitar aquilo” (Diário de campo, 21/05/2022). Contudo, muitas vezes o silêncio não se faz por aceitar ou não a violência sofrida. Às vezes, não é simplesmente por querer ficar calado, mas por não conseguir falar naquele momento, naquele contexto, e até mesmo por não reconhecer um espaço seguro e acolhedor onde seu sofrimento possa ser escutado e suas reivindicações atendidas. A violência racial é destrutiva e paralisa corpos não brancos, que, diante do sofrimento gerado, precisam “de cuidados de saúde mental e de outras ordens” (VAZ et al., 2019, p. 6) para se reestruturarem. A colonialidade reforça o não lugar dos não brancos, aniquilando subjetividades em suas singularidades e ancestralidades, continuando a produzir silêncios por meio da atualização da máscara colonial (KILOMBA, 2019).

É importante destacar que, muitas vezes, o espaço escolar não dispõe de ferramentas qualificadas para identificar e intervir em casos de discriminação e violação de direito, o que resulta em um silenciamento por parte dos atores/as escolares. Carapello (2020) aponta uma espécie de camuflagem que ocorre do racismo, que, no contexto escolar, acaba sendo traduzido como bullying. A autora alerta que, mesmo se tratando de situações de violência, é preciso distinguir práticas racistas do bullying, tendo em vista que o racismo apresenta origem histórica, alvo e motivação específica e que sem esse conhecimento os modos de enfrentamento a ele se tornam ineficientes.

Também tratamos sobre as formas de enfrentamento ao racismo que têm sido criadas e exercidas por esses/as jovens, dentro e fora do ambiente escolar. Em outro momento da oficina, quando foi trazido durante a discussão sobre as diferentes histórias que podem ser contadas sobre a constituição da sociedade brasileira, uma das adolescentes ressaltou o papel da educação no enfrentamento ao racismo, desnaturalizando-o desde cedo, discutindo e ensinando para as crianças sobre as histórias que são omitidas nos livros didáticos: “[...] ensinar para que quando elas [crianças] crescerem ser um pouco menor, né, o racismo. Ensinar desde cedo o que é errado e sobre a história, né, também, pra ela não se repetir!” (Diário de campo, 21/05/2022).

Dessa forma, a escola e outros espaços de educação possuem centralidade no combate a práticas racistas, conforme apontam Silva e Dias (2013), ao refletirem sobre a importância da criação de espaços de afirmação das culturas e das histórias de tradição africana nas escolas, assim como a construção de ações pedagógicas que problematizem e possam possibilitar a construção de relações interpessoais entre diferentes pautadas no respeito, tolerância e solidariedade. Para além de conversar sobre racismo ou abordar brevemente o assunto em sala de aula, as autoras em questão ressaltam que é preciso compreender como ele se expressa de diversas formas no contexto brasileiro, para, assim, possibilitar ações micropolíticas de enfrentamento ao mesmo.

Dentre essas práticas micropolíticas, destacamos a constituição de redes de cuidado e acolhimento que se formam entre estudantes diante de situação de discriminação. A cena destacada por Yana, onde Saulo é ofendido por outros estudantes, o confronto feito por ela aos agressores e o posterior apoio que o jovem recebe de seus/suas colegas, na escola e na oficina, através da figura de João, constituem-se como forma de desnaturalização da violência racial cotidiana, ao mesmo tempo que constrói laços coletivos potentes de enfrentamento ao racismo, fazendo problema, criando um espaço de discussão e visibilização ao que antes era mantido em silêncio.

Formas de ativismo antirracista utilizadas pelos movimentos negros também foram discutidas durante a oficina. Uma das participantes, Sueli, falou: “Eu acho que assim, pra enfrentar o racismo pode ser de uma maneira mais violenta, tipo igual antigamente que tinha os panteiras negras que iam pra rua [...] aí eu acho que é válido também, uma coisa mais violenta [...]” (Diário de campo, 21/05/2022). Tal fala nos remete às práticas de redistribuição da violência apontadas por Mombaça (2016) como um movimento criador que reivindica a violência como forma de desmantelamento das ficções de poder anunciadas pelo sistema colonial contra corpos subalternizados. As práticas de nomeação da norma, redistribuição e reação à violência se apresentam como potentes estratégias de afirmação de nossas existências ao passo que criamos, através da imaginação radical e performance política, outros limites para a justiça e para a própria vida.

Figura 2 – Páginas do fanzine produzida na oficina



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

A tarefa de redistribuir não se resume a uma mera resposta à altura, mas funciona como um exercício de revolta e destruição contra todo um aparato político, jurídico, econômico e cultural, baseado no cis-hétero-patriarcado branco, burguês e moderno que não para de reproduzir violências e criar zonas de *não ser* mortíferas para corpos negros, LGBTQIAP+, mulheres e pobres (MOMBAÇA, 2016; MBEMBE, 2018). Esse ato criador aparece em algumas das páginas produzidas pelos/as estudantes para a composição do Fanzine.

## Considerações finais

As narrativas de juventudes negras durante o Festival das Juventudes, em geral, e da oficina sobre Negritudes, em específico, apontam como o racismo tem produzido efeitos psicossociais nas juventudes inseridas em escolas públicas localizadas em periferias urbanas. Desse modo, reflete-se de diferentes formas nas narrativas de trajetória de vida destes jovens, incluindo o ambiente escolar. Além de denunciarem o racismo, os momentos do festival e da oficina que promovemos permitem realçar as formas de re-existência acionadas por juventudes negras a partir da arte e da criação de alianças entre si e com coletivos, movimentos, organizações e escolas públicas do GBJ.

Pelo exposto no artigo, consideramos que o festival atua como um dispositivo artístico-político-cultural que constitui, na sua preparação e na sua execução, importantes mediações entre coletivos juvenis que atuam no território na luta por direitos e entre juventudes de escolas públicas de ensino médio do GBJ, uma das principais regiões da periferia de Fortaleza. A partir das temáticas que versam sobre condição juvenil, pertencimento territorial e luta por paz e liberdade, o festival vem, desde 2018, experimentando formas inventivas de fazer ver e falar as múltiplas juventudes negras de diversos bairros que compõem o GBJ, historicamente subalternizadas por lógicas coloniais.

Assim, essas juventudes têm no festival um espaço-tempo de reelaboração de suas trajetórias de vida, seus pertencimentos étnico-raciais, seus modos de subjetivação juvenis constituídos a partir de diferenças de raça, classe e gênero nos territórios comunitários. Através de suas

atividades coletivas, as juventudes de escolas públicas analisam, crítica e dialogicamente, suas experiências em termos de educação formal e informal no bairro, suas aspirações e expectativas laborais, seus fazeres e suas táticas (seus “corres”) e afetos na micropolítica das territorialidades periféricas, suas lutas por reconhecimento público e suas insurgências frente à estigmatização social e à negação de direitos.

A partir de práticas culturais heterogêneas (com suas múltiplas linguagens e estéticas) são, fomentados no festival regimes de visibilidade e experimentação de iniciativas comunitárias e educacionais existentes em seus contextos que potencializam formas descolonizadoras de viver e ocupar os territórios urbanos, que apostam na circulação e produção de múltiplas formas de performar a juventude, a negritude, a liberdade, bem como diversas formas de circulação e produção de vida digna no território, nas experiências criativas que emergem do encontro de juventudes diversas nos espaços do bairro e da cidade, subvertendo paisagens simbólicas que estigmatizam jovens e territórios ditos “de periferia”.

O festival pode ser considerado palco dos múltiplos fazeres e modos de subjetivação de juventudes racializadas em suas potências, não só de enfrentamento da ordem racista, mas de invenção de formas outras de existência nos espaços da cidade, a partir de uma pluralidade de movimentos, conexões e vozes que contestam histórias de estigmatização e reescrevem a história de sujeitos e territórios a partir de gramáticas e imagens que suscitam novos imaginários sobre formas de viver de juventudes negras na interface entre práticas comunitárias e educacionais.

Por fim, observamos que o Festival das Juventudes, em suas quatro edições, tem atuado enquanto uma ferramenta política e afetiva para formação de jovens implicados com as questões que atravessam seu território, sendo uma estratégia de resistência frente às políticas de matabilidade que atuam corriqueiramente do GBJ. Essas mesmas juventudes que visibilizam o racismo estrutural imbricado ao território marginalizado têm se unido para pensar estratégias de enfrentamento e re-existências no/com o Festival das Juventudes (ACHINTE, 2017; MIRANDA et al., 2021). Práticas essas que corroboram com a invenção de mundos outros, em que é entendido que coletivamente são mais fortes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existência**: más allá del arte...el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Feminismos plurais - Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO; V. et al. (Org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-239.

\_\_\_\_\_. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, set-dez. 2019.

BARROS, J. P. P. et al. Processos de subjetivação em territorialidades urbanas: deslocamentos decoloniais na pesquisa-inter(in)venção em psicologia. In: LEMOS, F. C. S. et al. (Org.). **Produção da diferença, saúde coletiva e formação**: dispositivos transdisciplinares nas políticas públicas. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021. 12 v. p. 651-666.

- BENÍCIO, L. F. S. et al. Necropolítica e Pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicol. cienc. prof.**, v. 38, n. 2, p. 192-207, 2018.
- CAVALCANTE, L. F. et al. Fórum de escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento escolares de periferias de Fortaleza, **Revista Desidades**, v. 9, n. 30, p. 30-50, 2021.
- CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CARAPELLO, R. O racismo camuflado pelo bullying. **Revista Educação**, v. 15, n. 1, p. 171, 2020. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4018>>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 06 abr 2022.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: \_\_\_\_\_. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 401-432.
- COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa: relatório de julho a dezembro de 2019**. 2020. Disponível em: <[https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/RelatorioCadaVidaImporta\\_20192.pdf](https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/RelatorioCadaVidaImporta_20192.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- COSTA, A. F. et al. Dispositivo de Segurança e Racionalidade Necrobiopolítica: Narrativas de Jovens Negros de Fortaleza. **Psicol. cienc. prof.**, v. 40, p. 1-15, 2020.
- DIÓGENES, G. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. **Estudos avançados**, v. 34, p. 373-390, 2020.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, v.1, n.1, p. 223-244, 1984.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial**. FORD FOUNDATION, 2021. Disponível em: <<https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2021/11/Violencia-Armada-e-Racismo.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 1. Ed. 6ª Reimpressão. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 76-91.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LIMA, F.; GAMBETTA, J. B. “Parem de nos matar”: a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. **Gênero**, v. 20, n. 2, p. 85-109, 2020.
- LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 66-86.



- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rosa**, n. 9, p. 73-101, 2008.
- MARANHÃO, R. Q. **Fanzines na escola**: um convite à experimentação. Fortaleza: EdUECE, 2012.
- MARINHO, C. H. Juventudes: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. **Revista de Políticas Públicas**, v. especial, p. 295-303, 2016.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. I. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 274-294.
- MIRANDA, L. L. et al. Como quebrar os padrões sociais? O racismo no cotidiano de jovens pesquisadores. **Psicol. cienc. prof.**, v. 40, n. especial, p. 1-16, 2020.
- \_\_\_\_\_. Artes Insurgentes: coletivizando resistências no festival das juventudes do Grande Bom Jardim. In: GOMES FILHO, A. S. et al. (Org.). **Debates contemporâneos em psicologia**. Iguatu: Quipá Editora, 2021. p. 71-82.
- MELO, D. L. B.; CANO, I. **Índice de Homicídios na Adolescência**: (IHA) 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.
- MIGNOLO, W. Introducción: ¿Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? In: MIGNOLO, W. et al. (Org.). **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 9-12.
- MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal (32ª Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – Oficina Imagemação Política, 2016.
- MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Crossings of Urban Violence in the Life Trajectories of Adolescents Deprived of Freedom. **Trends in Psychology**, p. 1-20, 2022.
- OLIVEIRA, D. C.; OLIVEIRA, R. W.; ALMEIDA, L. Pesquisa Participativa Decolonial: Movimentos de Pensamento entre Terra e Marte. **Revista Polis e Psique**, v. 1, n. 1, p. 107-127, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 107-130.
- ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof.**, n. 4, p. 64-73, 2003.
- SALES, K. L. **Traços da periferia**: política e performance em produções literárias marginais-periféricas contemporâneas. 2019. 186 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SEGUNDO, D. S. A. et al. Homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 73, p. 50-66, 2020.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. **Tensões Mundiais**, v. 14, n. 26, p. 129-155, 2018.

\_\_\_\_\_. Práticas de re-existências poéticas: a poesia no “busão” em Fortaleza (CE). **Interseções**, v. 22, n. 1, p. 97-123, 2020.

SILVA, T. R.; DIAS, A. A. O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. **Reflexão e Ação**, v. 21, n. 1, p. 72-92, 2013.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

VAZ, C. F. et al. Reflexões contemporâneas sobre o racismo no ambiente escolar brasileiro. **Revista Psicologia e Educação**, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2019.

## RESUMO

A pesquisa analisou como estudantes de escolas públicas do Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza, Ceará, narram suas experiências relacionadas ao racismo e produzem estratégias de enfrentamento e re-existência frente a esta problemática. Trata-se de uma pesquisa participativa em psicologia inspirada nas teorias críticas feministas e nos estudos críticos à colonialidade. Foram utilizados dois dispositivos registrados por meio de diários de campo: 1) Acompanhamento do IV Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos; 2) Realização de uma oficina sobre negritudes e literaturas periféricas durante o mesmo festival. O racismo tem produzido efeitos psicossociais nas juventudes periféricas e, por consequência, reflete de diferentes formas nas trajetórias desses jovens, principalmente no ambiente escolar e nas formas de re-existência que estão sendo acionadas por eles/as a partir da arte e da criação de alianças entre seus corpos.

**Palavras-chave:** juventudes, negritudes, escola, racismo, resistência.

## **Jóvenes negros de escuelas públicas de la periferia de Fortaleza: narrativas y reexistencias frente al racismo**

## RESUMEN

La investigación analizó cómo los alumnos de las escuelas públicas de Grande Bom Jardim (GBJ), en Fortaleza-CE, narran sus experiencias relacionadas con el racismo y producen estrategias de enfrentamiento y re-existencia frente a esta problemática. Se trata de una investigación participativa en psicología inspirada en las teorías feministas críticas y en los estudios críticos con la colonialidad. Se utilizaron dos dispositivos, registrados mediante diarios de campo: 1) Acompañamiento del IV Festival de la Juventud: Arte, Cultura y Derechos Humanos; 2) Realización de un taller sobre negritud y literatura periférica durante el mismo festival. El racismo ha producido efectos psicossociales en los jóvenes de la periferia, por lo tanto, se refleja de diferentes maneras en las trayectorias de estos jóvenes, especialmente en el ámbito escolar, y en las formas de re-existencia que están siendo accionadas por ellos desde el arte y la creación de alianzas entre sus cuerpos.

**Palabras clave:** juventud, negritud, escuela, racismo, resistencia.

## **Black youth from public schools in the outskirts of Fortaleza: narratives and re-existence in the face of racism**

### **ABSTRACT**

The research analyzed how students from public schools in Grande Bom Jardim (GBJ), in Fortaleza-CE, narrate their experiences related to racism and produce strategies of confrontation and re-existence in face of this problematic. This is a participatory psychology research inspired by critical feminist theories and studies critical to coloniality. Two devices were used, registered by means of field diaries: 1) Accompaniment of the IV Festival of the Youth: Art, Culture and Human Rights; 2) Realization of a workshop about blackness and peripheral literature during the same festival. Racism has produced psychosocial effects in peripheral youth, thus, it is reflected in different ways in the trajectories of these young people, especially in the school environment, and in the forms of re-existence that are being triggered by them from art and the creation of alliances between their bodies.

### **Keywords:**

youth, negritude, school, racism, resistance.

**DATA DE RECEBIMENTO:** 15/06/2022

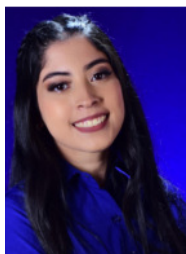
**DATA DE APROVAÇÃO:** 22/12/2022



### **Raimundo Cirilo de Sousa Neto**

Psicólogo formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e do Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências.

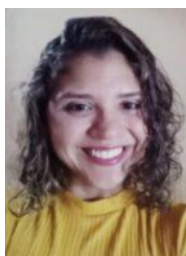
**E-mail:** [xrcirilo@gmail.com](mailto:xrcirilo@gmail.com)



### **Carla Jéssica de Araújo Gomes**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e do Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências.

**E-mail:** [carlajessicagomes@alu.ufc.br](mailto:carlajessicagomes@alu.ufc.br)



### **Ingrid Rabelo Freitas**

Assistente Social de Formação pela Faculdade Metropolitana de Fortaleza (FAMETRO), Ceará, Brasil, brincantes do Maracatu Nação Bom Jardim e Assessora de juventudes do Programa Jovens Agentes de Paz do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. Integrante do Fórum de Escolas Pela Paz do Grande Bom Jardim, Fortaleza, Ceará.

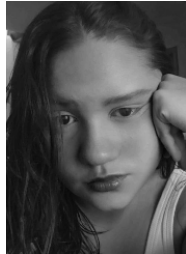
**E-mail:** [ingrid.rbfreitas@gmail.com](mailto:ingrid.rbfreitas@gmail.com)



**João Paulo Pereira Barros**

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Coordenador do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). Bolsista de Produtividade nível 2 do CNPQ.

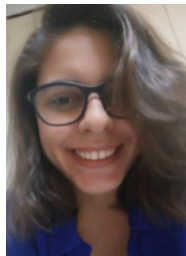
**E-mail:** [joaopaulobarros@ufc.br](mailto:joaopaulobarros@ufc.br)



**Mayara Ruth Nishiyama Soares**

Psicóloga. Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Bolsista CAPES. Colaboradora do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC) e do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS).

**E-mail:** [mayararnishiyama@gmail.com](mailto:mayararnishiyama@gmail.com)



**Larissa Ferreira Nunes**

Doutoranda e Mestre em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Bolsista FUNCAP-CE. Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC).

**E-mail:** [larissafnpsico@gmail.com](mailto:larissafnpsico@gmail.com)



**Lara Thayse de Lima Gonçalves**

Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Bolsista FUNCAP-CE. Integrante do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS) e do Coletivo Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências.

**E-mail:** [larathayse@alu.ufc.br](mailto:larathayse@alu.ufc.br)



**Luciana Lobo Miranda**

Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Coordenadora do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS) e do coletivo Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências.

**E-mail:** [luciana.miranda@ufc.br](mailto:luciana.miranda@ufc.br)